



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

OFÍCIO MENSAGEM Nº 285 /2020/SECC

Goiânia, 06 de novembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual Lissauer Vieira
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás
Palácio Alfredo Nasser
74019-900 Goiânia/GO

Assunto: Projeto de alteração da Lei nº 15.704, de 2006.

Senhor Presidente,

- 1 Encaminho à apreciação e à deliberação da Assembleia Legislativa o incluso projeto de lei que, textualmente, altera a Lei nº 15.704, de 20 de junho de 2006, a qual institui o Plano de Carreira de Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás.
- 2 A proposta, constante do Processo nº 202000011008928, decorre de solicitação da Secretaria de Estado da Segurança Pública, via o Ofício nº 5.951/2020/SSP. O objetivo é estabelecer critério de promoção à graduação de Soldado de 1ª Classe.
- 3 A Secretaria de Estado da Segurança Pública, por meio do citado ofício, informa que a propositura, por disciplinar critério de promoção em carreiras, não implica diretamente aumento de despesas ao Estado de Goiás.
- 4 O Corpo de Bombeiros Militar, via o Ofício nº 1.338/2020/CBM, justificou a escolha do critério adotado para a promoção, nos seguintes termos:

(...) Nessa linha, é inegável que a promoção à graduação de Soldado de 1ª Classe deve considerar o preenchimento de vagas tão somente pelo critério de antiguidade, visto que a graduação de Soldado é a que possui maior quantitativo de militares e, fundamentalmente, em virtude de se tratar do início da carreira castrense, momento em que a antiguidade, inerente à classificação no respectivo Curso de Formação, deve ser extremamente valorizada, pois representa o empenho e dedicação do militar no processo de formação profissional, de sorte que a ascensão à Primeira Classe deve ser efetivada somente pelo critério de antiguidade.

À PUBLICAÇÃO E, POSTERIOR-
MENTE, À COMISSÃO DE CONS-
TITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.
Em _____ / _____ /20 _____

1º Secretário

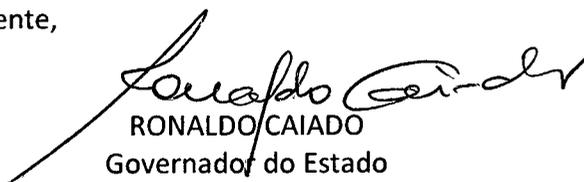


5 A Procuradoria-Geral do Estado, via o Despacho nº 600/2020/GAB, manifestou-se favoravelmente à proposta. Ressaltou ser juridicamente razoável a opção eleita de que a primeira promoção na carreira de praça da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar se dê tão somente pelo critério da antiguidade.

6 A Secretaria de Estado da Economia, por meio do Despacho nº 1.551/2020/GAB, em análise da disponibilidade financeira e da adequação orçamentária da proposta, por concordar com as manifestações de suas áreas técnicas responsáveis, pronunciou-se favoravelmente à propositura.

7 Portanto, acolho as razões contidas nos ofícios e nos despachos referenciados e envio o anexo projeto de lei a essa Casa Legislativa com a expectativa de vê-lo deliberado e convertido em autógrafo de lei. Solicito, para tanto, a Vossa Excelência que lhe imprima a tramitação especial a que se refere o art. 22 da Constituição Estadual.

Atenciosamente,


RONALDO CAIADO
Governador do Estado

SECC/MAC
202000011008928



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

PROJETO DE LEI Nº _____, DE _____ DE _____ DE 2020

Altera a Lei nº 15.704, de 20 de junho de 2006, que institui o Plano de Carreira de Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 15.704, de 20 de junho de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações e acréscimos:

“Art. 6º

§ 1º A promoção à graduação de Soldado de 1ª Classe se dará pelo critério de antiguidade e as promoções às demais graduações obedecerão às seguintes proporções:

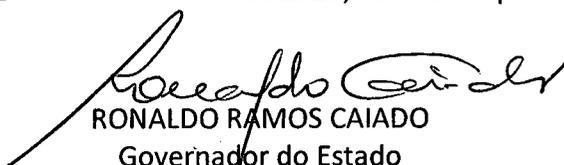
- a) três por antiguidade e uma por merecimento, para a graduação de Cabo; e
 - b) duas por antiguidade e uma por merecimento, para as demais graduações.
-” (NR)

“Art. 8º A promoção por merecimento é aquela que se baseia no mérito do candidato, aferido pelo Teste de Avaliação Profissional previsto no art. 17-A e pela Ficha de Pontuação de que tratam o art. 19 e o Anexo I desta Lei.” (NR)

“Art. 18. Poderá se inscrever à seleção de que trata o art. 17-A a Praça que atenda aos requisitos estabelecidos no edital próprio, observadas as condições dos arts. 14-A e 15.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, de _____ de 2020, 132º da República.


RONALDO RAMOS CAIADO
Governador do Estado

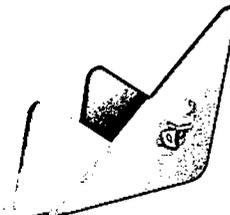
À PUBLICAÇÃO E, POSTERIOR-
MENTE, À COMISSÃO DE CONS-
TITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO.
Em _____/_____/20_____

1º Secretário

PROCESSO LEGISLATIVO
2020004870



Atuação: 06/11/2020
Nº Ofi.MSQ: 285 - G
Origem: GOVERNADORIA DO ESTADO DE GOIÁS
Autor: GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS
Tipo: PROJETO
Subtipo: LEI ORDINÁRIA
Assunto: ALTERA A LEI Nº 15.704, DE 20 DE JUNHO DE 2006, QUE INSTITUI O PLANO DE CARREIRA DE PRAÇAS DA POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS MILITAR O ESTADO DE GOIÁS.



ALEGO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE GOIÁS
A CASA É SUA



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL



OFÍCIO MENSAGEM Nº 285 /2020/SECC

Goiânia, 06 de novembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual Lissauer Vieira
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás
Palácio Alfredo Nasser
74019-900 Goiânia/GO

Assunto: Projeto de alteração da Lei nº 15.704, de 2006.

Senhor Presidente,

1 Encaminho à apreciação e à deliberação da Assembleia Legislativa o incluso projeto de lei que, textualmente, altera a Lei nº 15.704, de 20 de junho de 2006, a qual institui o Plano de Carreira de Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás.

2 A proposta, constante do Processo nº 202000011008928, decorre de solicitação da Secretaria de Estado da Segurança Pública, via o Ofício nº 5.951/2020/SSP. O objetivo é estabelecer critério de promoção à graduação de Soldado de 1ª Classe.

3 A Secretaria de Estado da Segurança Pública, por meio do citado ofício, informa que a propositura, por disciplinar critério de promoção em carreiras, não implica diretamente aumento de despesas ao Estado de Goiás.

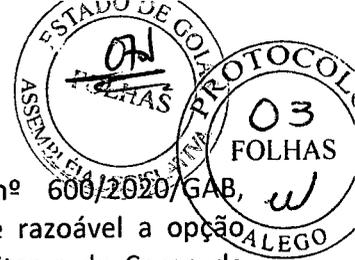
4 O Corpo de Bombeiros Militar, via o Ofício nº 1.338/2020/CBM, justificou a escolha do critério adotado para a promoção, nos seguintes termos:

(...) Nessa linha, é inegável que a promoção à graduação de Soldado de 1ª Classe deve considerar o preenchimento de vagas tão somente pelo critério de antiguidade, visto que a graduação de Soldado é a que possui maior quantitativo de militares e, fundamentalmente, em virtude de se tratar do início da carreira castrense, momento em que a antiguidade, inerente à classificação no respectivo Curso de Formação, deve ser extremamente valorizada, pois representa o empenho e dedicação do militar no processo de formação profissional, de sorte que a ascensão à Primeira Classe deve ser efetivada somente pelo critério de antiguidade.

À PUBLICAÇÃO E, POSTERIOR-
MENTE, À COMISSÃO DE CONS-
TITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Em _____ / _____ / 20 _____

1º Secretário

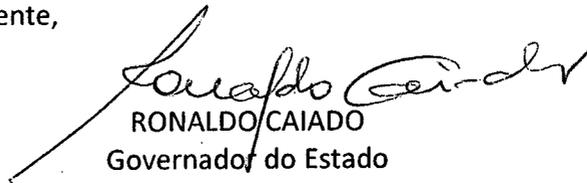


5 A Procuradoria-Geral do Estado, via o Despacho nº 600/2020/GAB, manifestou-se favoravelmente à proposta. Ressaltou ser juridicamente razoável a opção eleita de que a primeira promoção na carreira de praça da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar se dê tão somente pelo critério da antiguidade.

6 A Secretaria de Estado da Economia, por meio do Despacho nº 1.551/2020/GAB, em análise da disponibilidade financeira e da adequação orçamentária da proposta, por concordar com as manifestações de suas áreas técnicas responsáveis, pronunciou-se favoravelmente à propositura.

7 Portanto, acolho as razões contidas nos ofícios e nos despachos referenciados e envio o anexo projeto de lei a essa Casa Legislativa com a expectativa de vê-lo deliberado e convertido em autógrafo de lei. Solicito, para tanto, a Vossa Excelência que lhe imprima a tramitação especial a que se refere o art. 22 da Constituição Estadual.

Atenciosamente,


RONALDO CAIADO
Governador do Estado

SECC/MAC
202000011008928



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

PROJETO DE LEI Nº _____, DE _____ DE _____ DE 2020

Altera a Lei nº 15.704, de 20 de junho de 2006, que institui o Plano de Carreira de Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 15.704, de 20 de junho de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações e acréscimos:

“Art. 6º

§ 1º A promoção à graduação de Soldado de 1ª Classe se dará pelo critério de antiguidade e as promoções às demais graduações obedecerão às seguintes proporções:

- a) três por antiguidade e uma por merecimento, para a graduação de Cabo; e
 - b) duas por antiguidade e uma por merecimento, para as demais graduações.
-” (NR)

“Art. 8º A promoção por merecimento é aquela que se baseia no mérito do candidato, aferido pelo Teste de Avaliação Profissional previsto no art. 17-A e pela Ficha de Pontuação de que tratam o art. 19 e o Anexo I desta Lei.” (NR)

“Art. 18. Poderá se inscrever à seleção de que trata o art. 17-A a Praça que atenda aos requisitos estabelecidos no edital próprio, observadas as condições dos arts. 14-A e 15.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, de _____ de 2020, 132º da República.


RONALDO RAMOS CAIADO
Governador do Estado

À PUBLICAÇÃO E, POSTERIOR-
MENTE, À COMISSÃO DE CONS-
TITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO.
Em _____/_____/20_____

1º Secretário



COMISSÃO MISTA

Ao Sr. Dep. _____

Deputado Adailton

PARA RELATAR

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 17 / 11 / 2020.

[Handwritten signature]

Presidente: _____



PROCESSO N.º : 2020004870
INTERESSADO : GOVERNADORIA DO ESTADO
ASSUNTO : Altera a Lei nº 15.704, de 20 de junho de 2006, que institui o Plano de Carreira de Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás.

RELATÓRIO

Versam os autos sobre projeto de lei, de autoria da Governadoria do Estado, encaminhado por meio do **Ofício-mensagem nº 285, de 06 de novembro de 2020**, que altera a Lei nº 15.704, de 20 de junho de 2006, a qual institui o Plano de Carreira de Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás.

Em síntese, o **projeto**, de natureza exclusivamente alteradora e com apenas 2 (dois) artigos – o último apenas faz constar cláusula de vigência imediata (art. 2º) – modifica os arts. 6º, 8º e 18 da Lei nº 15.704/2006 para estabelecer a promoção unicamente por antiguidade para Soldado de 1ª Classe, mantida a atual sistemática quanto às demais promoções e dá outras providências.

A **justificativa** do Chefe do Poder Executivo estadual, em síntese, destaca que: a) a propositura, constante do processo nº 202000011008928, decorre de solicitação da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP), via Ofício nº 5.951/2020/SSP, com o objetivo de estabelecer critério de promoção à graduação de Soldado de 1ª Classe e que essa proposta, por disciplinar critério de promoção em carreiras, não implica diretamente aumento de despesas; b) o Corpo de Bombeiros Militar (CBM), via Ofício nº 1.338/2020/CBM, argumentou ser inegável a conveniência da promoção a Soldados de 1ª Classe apenas pelo critério de antiguidade, por ser a graduação de soldado a que possui maior quantitativo de militares e por representar o empenho e a dedicação à vida castrense; e c) a Procuradoria-Geral do Estado (PGE/GO), via Despacho nº 600/2020/GAB, manifestou-se favoravelmente à propositura; e d) a Secretaria de Estado da Economia (SEE), por meio do Despacho nº 1.551/2020/GAB, em análise da disponibilidade financeira e da adequação orçamentária da proposta, também se manifestou favoravelmente.

Por fim, requer-se a apreciação da matéria em regime de **urgência**, nos termos do art. 22 da Constituição Estadual.



É O NECESSÁRIO RELATÓRIO.

Em primeiro lugar, verifica-se que a matéria constante deste projeto de lei insere-se no âmbito da **competência legislativa do Estado de Goiás**, visto que trata de alteração na legislação de pessoal militar (Lei nº 15.704/2006), consoante art. 10 da Constituição Estadual (CE/GO), transcritos respectivamente abaixo:

CE/GO

Art. 10. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, ressalvadas as especificadas no art. 11, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, e especialmente sobre:

[...].

X - servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional, seu regime jurídico, criação, transformação, provimento e extinção de cargos, empregos e funções públicas, ressalvado o disposto no inciso XVIII, alínea "b", do art. 37, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade e, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, fixação de sua remuneração ou subsídio;

[...] (grifou-se)

Art. 20. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta e na Constituição da República.

§ 1º São de **iniciativa privativa do Governador** as leis que:

II – disponham sobre:

[...].

b) Os servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, a criação e o provimento de cargos, empregos e funções na administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, a estabilidade e aposentadoria, e a fixação e alteração de sua remuneração ou subsídio;

- *Caput*, § 1º e alínea "b" do inciso II com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 10-11-2009, D.A. de 26-11-2009, Art. 3º - Vigência a partir de 1º-01-2011.

[...].

Ausente, ainda, qualquer vício de iniciativa, posto que a matéria foi apresentada pelo Chefe do Poder Executivo (CE/GO, art. 20, § 1º, II, "b").

Quanto ao **mérito**, percebe-se que todas as alterações empreendidas pelo projeto de lei aprimoram o diploma legal de referência, em atenção às justificativas prestadas pelos órgãos competentes, notadamente da SESP e do CBM. Com efeito, as **alterações no art. 6º** apenas visam a estabelecer a promoção unicamente por antiguidade para Soldado de 1ª Classe, mantida a atual sistemática



de antiguidade/merecimento quanto às demais promoções; **no art. 8º**, apenas substituir a referência ao art. 17 pelo art. 17-A; e, por fim, **no art. 18**, para além dessa substituição substituir também a referência do art. 14 pela do art. 14-A.

Contudo, no intuito de aperfeiçoar o projeto em exame, ofereço a seguinte **emenda**:

1. **EMENDA ADITIVA**: fica acrescido um artigo logo após o art. 1º do projeto de lei, renumerados os subsequentes, com a seguinte redação:

“**Art** Revoga-se o art. 17 da Lei nº 15.704, de 20 de junho de 2006.”

JUSTIFICATIVA: o atual art. 17-A revogou, tacitamente, o art. 17, porém convém fazê-lo expressamente, a fim de trazer maior segurança jurídica na aplicação da lei.

2. **EMENDA MODIFICATIVA**: fica acrescido um artigo logo após o art. 1º do projeto de lei, renumerados os subsequentes, com a seguinte redação:

“**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagirão a 1º de janeiro de 2020.”

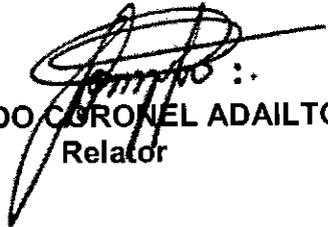
JUSTIFICATIVA: em decorrência da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), que resultou na decretação de situação de emergência na Saúde Pública do Estado de Goiás, conforme Decreto Estadual n. 9.633, de 13 de março de 2020, o processo iniciado em março do corrente ano acabou delongando mais do que o normal, tanto que chegou à Assembleia Legislativa do Estado de Goiás somente agora em novembro de 2020.

Frente a este contexto, para se garantir as promoções à graduação de Soldado de 1º Classe referentes ao ano de 2020, que atualmente estão sendo processadas pela Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, exclusivamente pelo critério de antiguidade, a alteração legal pretendida deve retroagir seus efeitos a 1º de janeiro de 2020, de forma a se alinhar a todos os dispositivos da lei de regência.

Ante o exposto, desde que adotadas as emendas supra, manifesta-se esta Relatoria pela **aprovação** do presente projeto de lei.

É o relatório.

SALA DAS COMISSÕES, em 17 de novembro de 2020.


DEPUTADO CORONEL ADAILTON
Relator



COMISSÃO MISTA

Com **VISTA** ao Sr. (s) Deputado (s)

PELO PRAZO REGIMENTAL

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 17 / 11 / 2020.

Karlton Cabral, Major Araújo

Hélio de Sousa

Del. Eduardo Prado

Del. Humberto Teófilo

Presidente: _____

COMISSÃO MISTA

A Comissão Mista

Aprova o Parecer do Relator Favorável à Matéria

Em 18 / 11 / 2020.



Processo Nº. 2020 004770

Sala das Comissões Dep. Solon Amaral

DEPUTADOS PRESENTES	
01) ÁLVARO GUIMARÃES (DEM)	20) HUMBERTO AIDAR (MDB)
02) ALYSSON LIMA (REPUBLICANOS)	21) ISO MOREIRA (DEM)
03) AMAURI RIBEIRO (PATRIOTA)	22) JEFERSON RODRIGUES (REPUBLICANOS)
04) AMILTON FILHO (SOLIDARIEDADE)	23) KARLOS CABRAL (PDT)
05) ANTÔNIO GOMIDE (PT)	24) LÊDA BORGES (PSDB)
06) BRUNO PEIXOTO (MDB)	25) LUCAS CALIL (PSD)
07) CAIRO SALIM (PROS)	26) MAJOR ARAÚJO (PSL)
08) CHARLES BENTO (PRTB)	27) PAULO CÉSAR MARTINS (MDB)
09) CHICO KGL (DEM)	28) PAULO TRABALHO (PSL)
10) CORONEL ADAILTON (PP)	29) RAFAEL GOUVEIA (PP)
11) DEL. ADRIANA ACCORSI (PT)	30) RUBENS MARQUES (PROS)
12) DEL. EDUARDO PRADO (PV)	31) TALLES BARRETO (PSDB)
13) DEL. HUMBERTO TEÓFILO (PSL)	32) THIAGO ALBERNAZ (SOLIDARIEDADE)
14) DIEGO SORGATTO (PSDB)	33) TIÃO CAROÇO (PSDB)
15) DR. ANTONIO (DEM)	34) VINICIUS CIRQUEIRA (PROS)
16) GUSTAVO SEBBA (PSDB)	35) VIRMONDES CRUVINEL FILHO (CIDADANIA)
17) HELIO DE SOUSA (PSDB)	36) WAGNER NETO (PROS)
18) HENRIQUE ARANTES (MDB)	37) WILDE CAMBÃO (PSD)
19) HENRIQUE CÉSAR (PSC)	38) ZÉ CARAPÔ (DC)

Presidente: 